

A CRIAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS DE CONFLITOS NO CAMPO GUATEMALTECO

Bernardo Mançano Fernandes

Geógrafo, professor e pesquisador da Unesp, campus de Presidente Prudente

Assessor da Comissão Pastoral da Terra

bmf@prudente.unesp.br

Introdução

Em 2005, a Comissão Pastoral da Terra – CPT - completa 30 anos. Nesse tempo tornou-se a principal instituição que registra os conflitos agrários no Brasil. O Caderno Conflitos no Campo Brasil, publicado anualmente desde 1985, é uma importante referência para diversas instituições e pesquisadores interessados em compreender a questão agrária brasileira. Pode-se afirmar que para o estudo da questão agrária contemporânea, os cadernos da CPT são fundamentais. Além da seqüência de dados sistematizados todos os anos, trazem também diversos textos de análise escritos por diversos cientistas, pelos agentes da CPT e por religiosos que acompanham os conflitos em todas as regiões do país.

Por causa de sua experiência, a CPT foi procurada pela Pastoral de la Tierra Interdiocesa – PTI - Província Eclesiástica de los Altos – Guatemala, para assessorar na implantação de um banco de dados sobre conflitos agrários na região de atuação da PTI. Em outubro de 2004, viajamos para a Guatemala com o objetivo de contribuir com a criação de uma metodologia de pesquisa sobre conflitos no campo e elaborar a estrutura do banco de dados. A construção desta experiência na Guatemala comparada com a experiência da CPT no Brasil e a perspectiva de criação de um banco de dados sobre conflitos agrários em Honduras, em 2005, como possibilidade apresentada pela FIAN – FoodFirst Information and Action Network, podem ser os primeiros passos para a constituição de uma rede de banco de dados sobre conflitos agrários na América Latina.

Hoje, por meio da Internet, visitando os sítios dos principais periódicos dos países da América Latina, bem como das organizações camponesas, pode-se observar a intensidade dos conflitos agrários, suas diferenças e semelhanças. Todavia, ainda não existe uma instituição ou um conjunto de instituições que organizem e sistematizem dados e informações dessas realidades, a partir de pesquisas primárias e secundárias, para publicação, de modo a servir de referência para contribuir com a luta camponesa e seu desenvolvimento territorial.

A questão agrária guatemalteca comparada à brasileira

A questão agrária guatemalteca é o resultado histórico do domínio dos territórios, da subordinação e da exclusão do campesinato indígena. Embora a questão agrária de cada país da América Latina seja singular, também possui semelhanças. Comparando a estrutura fundiária da Guatemala e do Brasil, pode-se observar a intensa concentração da propriedade da terra. Na Guatemala, 56.59% da terra agricultável estão sob controle de 1.86% dos proprietários, enquanto 98.14% dos proprietários mantêm o restante, ou seja, 43.41 das terras cultiváveis. No Brasil, 43.80% das terras agricultáveis estão sob controle de 1.60% dos proprietários, enquanto 98.40% dos proprietários mantêm apenas 56.20% das terras cultiváveis. Ou seja, nos dois países, menos de dois por cento dos proprietários controlam metade das terras destinadas à agricultura e à pecuária.

Este alto índice de concentração fundiária é a causa da intensificação dos conflitos no campo nas duas nações. Outras semelhanças entre os dois países são: a não realização de uma política de

reforma agrária, embora não faltem promessas por parte dos governos; avanço das políticas neoliberais com a implantação de projetos de mercantilização da reforma agrária; a violência contra os camponeses e a impunidade dos criminosos que atuam a mando de latifundiários; as políticas de desenvolvimento rural estão baseadas predominantemente no modelo do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Uma diferença entre a questão agrária guatemalteca e a brasileira refere-se ao processo de formação do campesinato. No Brasil o campesinato foi formado predominantemente pela miscigenação entre indígenas, negros e europeus migrantes, que lutam até hoje para poder ter acesso à terra. Na Guatemala o campesinato é majoritariamente indígena, de diferentes grupos étnicos que lutam para ficar na terra e retomar a terra, de onde a cada dia são cada vez mais expropriados.

Os principais tipos de conflitos no campo guatemalteco são agrários e trabalhistas. Os conflitos agrários são lutas de resistência na terra contra a expropriação. Os conflitos trabalhistas são lutas por direitos, como condições dignas de trabalho e pagamento dos salários. Com a crise econômica na agricultura, especialmente no café produzido para exportação, a exploração se intensificou. Em ambos os casos, quando os camponeses e trabalhadores procuram se organizar são criminalizados e/ou despedidos.

A construção do banco de dados dos conflitos do campo na Guatemala

Durante os trabalhos de construção do banco de dados dos conflitos do campo guatemalteco, os membros da Pastoral de la Tierra Interdiocesa apresentaram um primeiro levantamento realizado para uma amostragem e que nos serviu de referência para pensarmos a estrutura do novo banco de dados. Esta atividade também foi desenvolvida através da apresentação da experiência da CPT – Brasil e da análise da questão agrária da Guatemala.

A partir dessa referência começamos a construir as metodologias de pesquisa de campo, pesquisa documental, sistematização de dados, análise e interpretação, publicação e divulgação dos dados e das informações anualmente. A pesquisa de campo será realizada pelo acompanhamento dos conflitos com o preenchimento de um formulário por conflito, quer seja agrário ou trabalhista. A região de atuação da Pastoral de la Tierra Interdiocesa compreende cinco departamentos (cada departamento é equivalente a uma unidade federativa no Brasil. A Guatemala tem 22 departamentos).

Cada formulário contém um espaço específico para o registro do histórico do conflito. A realização deste trabalho, através de pesquisa primária, possibilitará a reunião de dados e informações que subsidiarão as atividades das equipes pastorais para o apoio jurídico e técnico. Para o aprimoramento dos formulários realizamos exercícios de elaboração dos principais conceitos que serão utilizados no registro e nas análises dos conflitos.

Como os conflitos serão acompanhados e registrados pelos agentes pastorais, o conceito de acompanhamento foi o primeiro a ser trabalhado. Foi definido como um processo solidário que se constitui em várias etapas: solicitação, análise do caso, pesquisa, organização e gestão para a ajuda na transformação e resolução do conflito e a satisfação das necessidades básicas da comunidade. O acompanhamento é realizado por organizações da Igreja e organizações camponesas e indígenas.

Outros conceitos elaborados foram: concessão irregular, assessoria, compensação, conflitividade, conflito agrário, conflito trabalhista, direito consuetudinário (costumeiro) direito histórico, despejo, invasão, ocupação, procuração, ressarcimento, repressão. Esses conceitos compreendem a base teórico – política para o acompanhamento e registro dos conflitos na construção do banco de dados da Pastoral de la Tierra Interdiocesa.

Os formulários de registro dos conflitos agrários contêm, entre outras, as seguintes informações: nome e localização do conflito; tipo de conflito; sujeitos envolvidos; descrição detalhada da comunidade em conflito, com o número de homens, mulheres e crianças; etnias; organizações de apoio e organizações acompanhantes; diagnóstico e histórico do conflito, além de

acompanhamento hemerográfico, registrando as matérias publicadas pela imprensa e anexa mapas elaborados sobre os conflitos.

Os formulários de registro dos conflitos trabalhistas contêm, entre outras, as seguintes informações: nome e localização do conflito; tipo de conflito; sujeitos envolvidos; dados dos trabalhadores, com o número de homens, mulheres e crianças; etnias; dados dos empregadores, com detalhamento para as características das relações de trabalho; situação judicial, organizações de apoio e organizações acompanhantes; diagnóstico e histórico do conflito, além de acompanhamento hemerográfico, registrando as matérias publicadas pela imprensa e anexa mapas elaborados sobre os conflitos.

Todos os documentos juntados durante o registro do conflito comporão o acervo da Pastoral de la Tierra Interdiocesa. Serão sistematizados em uma base de dados elaborada especialmente para este projeto, que possibilitará diversos cruzamentos de dados, com elaboração de tabelas e gráficos, além de informações para a produção de mapas da conflitividade agrária e trabalhista da Guatemala. Esse conjunto de informações será uma grande contribuição para a compreensão da questão agrária guatemalteca. Também contribuirá para agilizar a resolução dos conflitos, promovendo o desenvolvimento territorial campesino.

Pelas características da questão agrária guatemalteca e pela forma como a Pastoral de la Tierra Interdiocesa organizou seu banco de dados, a publicação anual, que ainda não tem uma estrutura definida. Ela será construída neste primeiro ano de pesquisa e conterá os dados representados de diferentes formas, os históricos dos conflitos e também trará textos analíticos sobre os conflitos agrários e trabalhistas. Também o nome ainda não foi definido.

Para criar um intercâmbio, em 2006, uma síntese dos registros dos conflitos publicados pela Pastoral de la Tierra Interdiocesa na Guatemala será publicado no Caderno de Conflitos no Campo Brasil da CPT. Assim como uma síntese dos conflitos do campo registrados pela CPT será divulgada na publicação da PTI. Esse pode ser o começo da constituição de uma rede de banco de dados sobre conflitos agrários na América Latina.